



ENTREVISTA COM MARIA LÚCIA FATORELLI (AUDITORIA CIDADÃ)

Já foi exposto aqui no ENE sobre a situação dos servidores públicos da Bahia que sofrem com a retirada de direitos em detrimento da dívida pública. O argumento utilizado pelo governo é a Lei de Responsabilidade Fiscal para não realizar a reposição inflacionária de 2015. Qual o seu posicionamento sobre o assunto?

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi feita para isso. Lá durante a tramitação da LRF, um deputado de Minas Gerais, que já não está nesse plano físico, o Sérgio Miranda, ele foi uma voz forte para denunciar que aquela propaganda toda que fizeram na época, que a Lei de Responsabilidade Fiscal iria moralizar o gasto público, isso e aquilo. A LRF não trata de corrupção, não trata de desvios. Ela é uma lei para garantir o pagamento da dívida. Tem publicações do falecido Sérgio Miranda, desde a aprovação da lei, sobre a farsa da Lei da Responsabilidade Fiscal, em que ele acusava toda essa montagem.

Não é à toa, é só a gente ver a gênese! De onde vem a proposta da Lei da responsabilidade fiscal? Vem do FMI. Claro que todos nós queremos responsabilidade fiscal. Todo mundo quer! Todo mundo quer controle das contas públicas. Só que qual o tipo de responsabilidade fiscal que está nesta lei? O que eles consideram responsabilidade é cortar direitos sociais. Sobrar mais dinheiro para pagar a dívida, essa dívida recheada de ilegalidades desde a sua origem. A LRF não considera irresponsável, por exemplo, o Banco Central gerar centenas de bilhões de prejuízos. Pelo contrário, ela coloca todo prejuízo gerado pelo Banco Central deve ser transferido para o Tesouro. Isso é responsabilidade?

Nós precisamos entender primeiro que dívida é essa que a LRF coloca como prioridade? E segundo, denunciar essa farsa de que responsabilidade fiscal seria cortar gastos sociais para pagar essa dívida. Responsabilidade social nós queremos, mas é outra responsabilidade. É uma responsabilidade que priorize o investimento em educação, em saúde, em segurança, que a sociedade precisa e não ficar aí sacrificando pra pagar a dívida ilegal, ilegítima e tudo mais.

O recado para o pessoal da Bahia: Fortaleçam o núcleo da Auditoria Cidadã. Criem outros núcleos em outras cidades. Nós temos que desmascarar esse esquema. Rasgar esse cenário de escassez pra viver na nossa realidade de abundância.